



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
CÂMARA TEMÁTICA DE MODERNIZAÇÃO DO CRÉDITO**

MEMÓRIA DA 08ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 17/03/2025 (segunda-feira)

HORÁRIO: 14h30h

LOCAL FÍSICO: Auditório Olacyr de Moraes, edifício sede do MAPA (Híbrida), Brasília-DF.

LOCAL VIRTUAL: https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_M2EzYjcxM2YtYzRiNS00YTQ3LWI0MjU0NjQ0ZGZkOGI0MTY4%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%229367b38e-17eb-4358-a665-5ca5bdfaf0c2%22%2c%22Oid%22%3a%22db80fadd-5128-4e17-931a-9f19b12ecf6e%22%7d

PAUTA DA REUNIÃO

- 1 - 14:30h - Abertura - Presidente da Câmara – Thiago Rocha; (20min)
- 2 - 14h50 - Avisos e informações das Secretarias das Câmaras – (10 min)
 - Modercred: aprovação de novo membro (Abramilho) e aprovação da memória da 6º RE;
 - AgroCarbono: aprovação da memória da 5º RO
- 3 - 15h – Monitor Agro (CCarbon, Embrapa ou FGVAgro) – Eduardo Brito Bastos; (30 min)
- 4 - 15h30 – Cover Crops, uma opção para captura de carbono - Dr. Lucas Freitas Nogueira Souza - Pesquisador do Departamento de Ciência do Solo da ESALQ-USP, área de Manejo e Qualidade do Solo – 45 min (30 min apresentação e 15 min perguntas)
- 5 - 16h15 - Taxonomia Sustentável Brasileira: Segunda Etapa da Consulta Pública, entre 17/02/25 e 31/03/25 - Camila Stefaní de Sousa Silva - Coordenadora-Geral de Negócios Agroambientais, Ministério da Fazenda - 45 min (30 min apresentação e 15 min perguntas);
- 6 - 17h - Assuntos Gerais – Eduardo Brito Bastos. (30 min)
- 7 - 17h30 - Encerramento.

ASSUNTOS ABORDADOS (houve inversão de pauta)

1 – Abertura - Presidente da Câmara de AgroCarbono – Eduardo Brito Bastos.

O Mapa hospedou o lançamento da Aliança Técnico Científica, em outubro de 2024, entre a Embrapa, a FGV Agro e o CCarbon, em parceria com a USP, para a construção do MONITOR AGRO. O intuito é subsidiar as políticas públicas, com dados técnicos, para a tomada de decisão e melhor destinação de recursos públicos, inclusive em apoio ao financiamento da produção.

5 – Taxonomia Sustentável Brasileira: Segunda Etapa da Consulta Pública.

Camila explicou o instrumento, os objetivos gerais e os objetivos específicos, dentre eles os ambientais e os socioeconômicos. Deu a linha do tempo da construção do documento, até se chegar à segunda etapa da consulta pública.

Apontou os próximos passos:

- Refinar os critérios dos produtos já selecionados;
- Ampliar os produtos selecionados;
- Taxonomia para o imóvel rural;
- Implementação.

Para o Ministério da Fazenda, o mais desafiador é a implementação. A Política Agrícola pode ser o meio facilitador, por possuir instrumentos consolidados, a exemplo do crédito rural. A concessão de crédito pode nortear a aplicação de recursos, segundo o sistema de classificação adotado pela taxonomia sustentável.

Pontos levantados a serem tratados no âmbito do Grupo de Trabalho, a partir de agora:

- Ao fazer um financiamento sustentável, qual critério a utilizar? Como e quem criará os critérios?
- Como direcionar os financiamentos para projetos sustentáveis?
- Quais atividades devem cumprir critérios de elegibilidade e requisitos de cumprimento?

Fabício, Aprosoja Brasil, perguntou sobre as práticas não elegíveis. Camila ficou de levar esse ponto ao Grupo de Trabalho.

Wellington Dal Bem expôs seu ponto sobre a agricultura regenerativa e solicitou a participação nas tratativas de estruturação dessa política. Pediu para ser recebido no Ministério da Fazenda ou colocar a agricultura regenerativa como uma forma de implantação dos objetivos apontados pela taxonomia.

Camila falou para mandarem as contribuições via consulta pública. Alertou ter, o próprio Mapa, representantes no grupo de discussões.

Dado o volume de mudanças no texto dessa segunda consulta pública, Marcia Silva de Jesus, Indústria Brasileira de Árvores (IBA), perguntou se há margem para discutir uma extensão de período de consulta. Camila ficou de levar a demanda ao comitê gestor.

3 – Monitor Agro (CCarbon, Embrapa ou FGVAgro).

A proposta do MONITOR alinha-se com a exposição do MF, no que tange o tema socioeconômico embutido na taxonomia. Explicou Eduardo. O intuito é:

- Formular políticas públicas e propostas de estratégias empresariais;
- Desenvolver e aprimorar modelos para quantificação de emissões;
- Criar e otimizar cenários produtivos, para melhor destinar recursos.

A falta de mensuração das práticas adotadas deixa o mercado inseguro para investir, ponderou Thiago. Trouxe, também, o exemplo da CNSeg.

Neste primeiro ano, estão atuando no Plano Clima para a alocação do orçamento de carbono entre os cenários econômicos, a partir de metodologias voltadas ao cenário tropicalizado, elucidou Eduardo. Trabalha-se na elegibilidade para o financiamento. Uso de métricas internacionais pode resultar em distorções, principalmente em sistemas intensificados. O resultado impacta, diretamente, o agro, pois o acesso ao crédito subsidiado é usado para estimular certas práticas e vedar outras. O MONITOR apontará critérios para incentivar sistemas de produção ambientalmente sustentáveis. Ele elencará as salvaguardas mínimas, as quais devem passar a ser observadas também na constituição de produtos financeiros, ou na concessão de incentivos. Conforme traz a página 57, sobre o tema “Desenho da Taxonomia”. O MONITOR utilizará a taxonomia para conciliar protocolos para as salvaguardas, para as práticas de não exigibilidade do imóvel rural e para as práticas específicas das culturas elegíveis.

O apoio ao desconto financeiro deve estar atrelado ao instrumento. O Ministério deve identificar quais estímulos são mais condizentes com a Política Agrícola do País.

Para Guilherme, as várias pontas soltas não conseguem ser amarradas por uma só instituição. Com a cooperação da FGV Agro, por meio do observatório da Bioeconomia, a Aliança elencará as métricas e indicadores. Atuará em todas as etapas de ciclos de dados, desde a aquisição até a geração do conhecimento em apoio à tomada de decisão. O foco é aprimorar relatórios climáticos nacionais e

internacionais, contribuindo os para os bienais de transparência e os de atualização bienal do Brasil na UNFCCC. Vislumbra-se integrar a base de dados e fazer a curadoria desses bancos. Procura-se trazer novas práticas, com respaldo técnico-científico, para serem adotadas como política pública. Por exemplo, os remineralizadores devem ser testados em diversos biomas e sua efetividade comprovada, antes de ser adotado como da política pública. Um dos eixos da Aliança é o engajamento institucional entre o setor público e o privado.

O MONITOR tem suas atividades distribuídas ao longo de 6 anos. O enfoque principal é o econômico, para a confecção de práticas e métricas. Ao atuar no Plano Clima, pretende-se fornecer suporte técnico e metodológico para a definição da trajetória das emissões. Trabalhar definição, trajetória, modelagem de forma integrada. Construir um ZARC para carbono. Promover um pacto setorial para alocação do orçamento de carbono entre cenários econômicos, público ou privado.

O Brasil tem papel estratégico na agenda climática, contudo enfrenta desafios para sistematizar e regionalizar os fatores de emissão. A falta da coleta *in loco* compromete a precisão das estimativas. Preciso fortalecer o monitoramento, desenvolver protocolos e adaptar métodos à realidade.

4 – Cover Crops, uma opção para captura de carbono.

Lucas abordou os benefícios de plantas de cobertura ao sistema de produção agrícola, para diminuir a vulnerabilidade das lavouras e resistir às adversidades e ao estresse climáticos. Os estudos demonstraram como reduzir ou mitigar boa parte das emissões.

Thiago propôs incluir Cover Crop no próximo Plano Safra. Pediu resposta à enquete sobre uma linha de crédito destinada à adoção de medidas que tragam externalidades positivas ao meio ambiente. Indagou o tamanho do impacto da adoção de Cover Crop, para nossos compromissos ambientais.

Lucas respondeu ser possível estimar, porém, hoje, esse levantamento não é feito. A melhor forma seria correlacionar a área potencial e o uso com práticas de cultura de cobertura. Satélites dariam uma noção geral, mas o ideal é ir a campo e levantar o potencial. As plantas de cobertura podem ser utilizadas como forragem, como pastagem. Portanto, precisaria separar o que vai para produção animal e quanto está integrado com a produção agrícola. Levantar a área de integração lavoura, pecuária, floresta. Quanto se faz de consórcio milho e braquiária. Deve-se separar cultura comercial das apenas de cobertura, crotalária por exemplo.

2 – Avisos da Secretaria

Aprovação da memória da 6º Reunião Extraordinária, de 30/01/2025, e da primeira deste ano, a 7º Reunião Ordinária de 26/02/2025.

Apresentação da proposta de inclusão de novo membro a ABRAMILHO. Os membros optaram pela aprovação.

6 – Assunto Gerais

Guilherme solicitou que as entidades atualizem a composição de seus membros, por meio do modelo de ofício o qual será enviado, posteriormente.

7 – Encerramento.

Thiago endereçou alguns encaminhamentos. Pedido de inserção de uma linha de crédito no plano safra.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamentos	Órgão Demandado	Ação	Responsável	Previsão de Entrega
-----------------	-----------------	------	-------------	---------------------

Inserção de uma linha de crédito no Plano Safra	Modercred	Construir uma proposta	Thiago	45 dias
---	-----------	------------------------	--------	---------

OBSERVAÇÕES: As gravações dos áudios das reuniões ficam arquivadas nesta Coordenação-Geral e poderão ser disponibilizadas a qualquer momento, quando solicitado, para membros das câmaras ou da sociedade civil. **OBSERVAÇÕES:** As gravações dos áudios das reuniões ficam arquivadas nesta Coordenação-Geral e poderão ser disponibilizadas a qualquer momento, quando solicitado, para membros das câmaras ou da sociedade civil.

APROVAM E ASSINAM ESTA MEMÓRIA

Nome	Assinatura
Presidente: Thiago Bras Rocha	
Secretária: Adriana Novoa Brambila Bressan	
Supervisor: Guilherme Werneck	